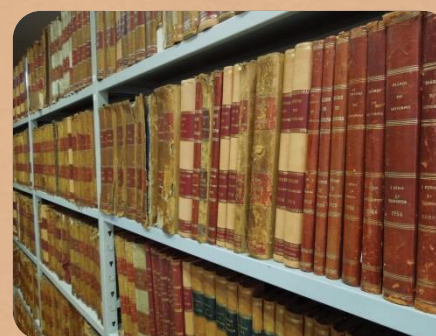
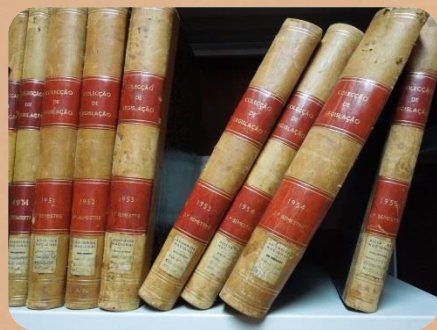


# NEWSLETTER DIGESTO N.º 25 /2017

Disponibilização: 18 de dezembro de 2017

Período abrangido: 4 a 15 de dezembro de 2017



## DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros  
Secretaria-Geral

## Índice Temático

1. Administração Interna
  - Proteção Civil
  - Segurança Interna
2. Administração Local
3. Administração Pública
4. Agricultura, Caça e Pescas
  - Agricultura
  - Florestas
  - Pescas e Aquicultura
5. Ambiente
6. Assuntos Europeus
7. Atividade Parlamentar
8. Comércio
  - Comércio Externo
9. Cultura
10. Defesa e Forças Armadas
11. Desporto
12. Economia
13. Educação
14. Empreendedorismo
15. Energia
16. Ensino Superior
17. Finanças
  - Banca, Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras
  - Contribuições e Impostos
  - Património do Estado

- 18. Governo
- 19. Habitação
- 20. Jogos de Fortuna ou Azar
- 21. Justiça
- 22. Mar
- 23. Negócios Estrangeiros
- 24. Saúde
- 25. Transportes e Comunicações
  - Transportes
  - Segurança Rodoviária
- 26. Turismo

Transposição de Diretivas

## **CONSULTE O DIGESTO GRATUITAMENTE!**

**Desde a entrada em funcionamento do Portal DRE, em 19 de dezembro de 2016, toda a análise jurídica efetuada pelo Digesto está disponível de forma gratuita**



## 1. ADMINISTRAÇÃO INTERNA

- PROTEÇÃO CIVIL

[Despacho n.º 10729-B/2017, de 7 de dezembro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Gabinete do Secretário de Estado das Infraestruturas)

Identifica os concelhos considerados com elevado grau de perigosidade de ocorrência de calamidades naturais.

- SEGURANÇA INTERNA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 188/2017, de 5 de dezembro](#)

(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Regulamento do Centro de Dados do Serviço de Informações Estratégicas de Defesa e do Centro de Dados do Serviço de Informações de Segurança.

## 2. ADMINISTRAÇÃO LOCAL

[Decreto-Lei n.º 147/2017, de 5 de dezembro](#)

(Administração Interna)

Estabelece o regime da tarifa social relativa à prestação dos serviços de águas.

### 3. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

[Decreto-Lei n.º 149/2017, de 6 de dezembro](#)  
(Presidência e da Modernização Administrativa)

Cria o Centro de Competências Jurídicas do Estado (JurisAPP) e aprova a respetiva orgânica. Extingue o Centro Centro Jurídico da Presidência do Conselho de Ministros (CEJUR), por fusão com o JurisAPP. Procede à criação da Rede de Serviços Jurídicos da Administração Pública (REJURIS). Integra o DIGESTO - Sistema Integrado de Tratamento da Informação Jurídica no JurisAPP.

[Portaria n.º 365/2017, de 7 de dezembro](#)  
(Presidência e da Modernização Administrativa, Finanças, Justiça, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde)

Regulamenta o Serviço Público de Notificações Eletrónicas (SPNE) associado à morada única digital, previsto no Decreto-Lei n.º 93/2017, de 1 de agosto.

[Portaria n.º 371/2017, de 14 de dezembro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros, Finanças e Planeamento e das Infraestruturas)

Estabelece os modelos de anúncio aplicáveis aos procedimentos pré-contratuais previstos no Código dos Contratos Públicos.

[Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro](#)  
(Planeamento e das Infraestruturas)

Define as regras e os termos de apresentação dos documentos de habilitação do adjudicatário no âmbito de procedimentos de formação de contratos públicos.

## 4. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA e AGROPECUÁRIA

### Portaria n.º 364-B/2017, de 6 de dezembro (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Procede à extensão do âmbito de aplicação do regime especial da tipologia de intervenções específicas e dos níveis de apoio previsto na Portaria n.º 342-A/2017, de 9 de novembro, em derrogação do disposto no n.º 2 do artigo 10.º da Portaria n.º 199/2015, de 6 de julho, alterada pelas Portarias n.º 56/2016, de 28 de março, n.º 223-A/2017, de 21 de julho, e Portaria n.º 260-A/2017, de 23 de agosto, que estabelece o regime do apoio 6.2.2, «restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020).

### Portaria n.º 372-A/2017, de 14 de dezembro (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Altera a Portaria n.º 342-A/2017, de 9 de novembro, e os Despachos n.ºs 9813-A/2017, de 9 de novembro, e 9896-B/2017, de 14 de novembro (relativos ao regime do apoio 6.2.2, «Restabelecimento do potencial produtivo», inserido na ação n.º 6.2, «Prevenção e restabelecimento do potencial produtivo», da medida n.º 6, «Gestão do risco e restabelecimento do potencial produtivo», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente - PDR 2020).

- FLORESTAS

### Decreto-Lei n.º 148/2017, de 5 de dezembro (Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Estabelece o regime transitório a que ficam sujeitas, no território continental, as ações de rearboreção com recurso a espécies do género *Eucalyptus sp.*



- **PESCAS E AQUICULTURA**

[Despacho \(extrato\) n.º 10761/2017, de 11 de dezembro](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Ambiente e Mar - Instituto Português do Mar e da Atmosfera, I. P.)

Classifica todas as espécies da zona de produção de moluscos bivalves da Lagoa de Óbidos (LOB).

[Despacho n.º 10868/2017, de 12 de dezembro](#)

(Mar - Gabinete da Ministra)

Procede à abertura de um novo período de candidaturas para acesso à linha de crédito instituída pelo Decreto-Lei n.º 116/2014, de 5 de agosto (cria uma linha de crédito com juros bonificados dirigida às empresas do setor da pesca do continente) no prazo e de acordo com as normas técnicas a definir pelo Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas, I. P., e a disponibilizar no seu portal.

## **5. AMBIENTE**

[Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro](#)

(Ambiente)

Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo as Diretivas n.ºs 2013/51/EURATOM, do Conselho, de 22 de outubro de 2013, e 2015/1787, da Comissão, de 6 de outubro de 2015.

[Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro](#)

(Ambiente)

Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.



[Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro](#)  
(Ambiente)

Unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, transpondo as Diretivas n.ºs 2015/720/UE, de 29 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho, e 2016/774/UE, de 18 de maio, e 2017/2096/UE, de 15 de novembro, ambas da Comissão.

## 6. ASSUNTOS EUROPEUS

[Aviso n.º 141/2017, de 11 de dezembro](#)  
(Negócios Estrangeiros)

Torna público ter a União Europeia concluído os procedimentos internos necessários à entrada em vigor do Acordo-Quadro Global de Parceria e Cooperação entre a União Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Mongólia, por outro, assinado em Ulan Bator, em 30 de abril de 2013.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 191/2017, de 13 de dezembro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Determina a participação de Portugal, como membro fundador, na Cooperação Estruturada Permanente (CEP).

[Aviso n.º 142/2017, de 13 de dezembro](#)  
(Negócios Estrangeiros)

Torna público ter a União Europeia concluído os procedimentos internos necessários à entrada em vigor do Acordo Multilateral entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, a República da Albânia, a Bósnia e Herzegovina, a República da Bulgária, a República da Croácia, a República da Islândia, a Antiga República Jugoslava da Macedónia, a República de Montenegro, o Reino da Noruega, a Roménia, a República da Sérvia e a Missão de Administração Provisória das Nações Unidas para o Kosovo sobre o Estabelecimento de Um Espaço de Aviação Comum Europeu (EACE), assinado no Luxemburgo em 9 de junho de 2006.

## 7. ATIVIDADE PARLAMENTAR

[Lei n.º 109-A/2017, de 14 de dezembro](#)  
(Assembleia da República)

Cria a Comissão Técnica Independente para a análise dos incêndios que ocorreram entre 14 e 16 de outubro de 2017 em Portugal Continental.

## 8. COMÉRCIO

- COMÉRCIO EXTERNO

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 189/2017, de 6 de dezembro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Programa Internacionalizar.

## 9. CULTURA

[Despacho n.º 10635/2017, de 6 de dezembro](#)  
(Cultura - Gabinete do Ministro)

Aprova o novo Regulamento do Prémio Nacional de Ilustração.

## 10. DEFESA E FORÇAS ARMADAS

[Decreto Regulamentar n.º 10/2017, de 15 de dezembro](#)  
(Defesa Nacional)

Altera o Estatuto da Academia de Marinha, atribuindo a Presidência de Honra ao Presidente da República.

## 11. DESPORTO

[Despacho n.º 10920/2017, de 13 de dezembro](#)  
(Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto)

Reconhece como sendo de interesse público o evento Challenge Lisboa 2018.

## 12. ECONOMIA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 190-A/2017, de 11 de dezembro](#)  
(Presidência do Conselho de Ministros)

Aprova o Plano de Ação para a Economia Circular em Portugal.

## 13. EDUCAÇÃO

[Despacho n.º 10919/2017, de 13 de dezembro](#)  
(Educação - Gabinete da Secretária de Estado Adjunta e da Educação)

Cria o plano integrado de controlo da qualidade e quantidade das refeições servidas nos estabelecimentos públicos de ensino.



## 14. EMPREENDEDORISMO

### [Despacho n.º 10548-B/2017, de 4 de dezembro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas - Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I. P.)

Aprova o regulamento que define os procedimentos relativos a pagamentos aos beneficiários do Sistema de Incentivos ao Empreendedorismo e ao Emprego (SIZÉ).

## 15. ENERGIA

### [Portaria n.º 364-A/2017, de 4 de dezembro](#)

(Economia)

Procede à alteração (4.ª alteração) da Portaria n.º 27/2014, de 4 de fevereiro, que procede à aprovação da data, prevista no n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 104/2010, de 29 de setembro, para os comercializadores de último recurso continuarem a fornecer eletricidade a clientes finais com consumos em AT, MT e BTE que não tenham contratado no mercado livre o seu fornecimento.

### [Decreto-Lei n.º 152-C/2017, de 11 de dezembro](#)

(Economia)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2015/1513, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, que altera a Diretiva n.º 98/70/CE, relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel, e a Diretiva n.º 2009/28/CE, relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis.

## 16. ENSINO SUPERIOR

### [Despacho n.º 10966/2017, de 14 de dezembro](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior)

Fixa o prazo em que devem ser submetidos os pedidos de registo dos cursos técnicos superiores profissionais para entrada em funcionamento no ano letivo de 2017-2018.

## 17. FINANÇAS

- BANCA, INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO E SOCIEDADES FINANCEIRAS

### [Decreto-Lei n.º 146/2017, de 5 de dezembro](#)

(Finanças)

Possibilita ao Banco de Portugal a participação em sociedade, constituída ou a constituir, para a produção e ou impressão de papel-moeda, mesmo que não detenha a maioria do capital social dessa sociedade.

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

### [Portaria n.º 367/2017, de 11 de dezembro](#)

(Finanças)

Portaria que aprova a declaração e respetivas instruções de preenchimento, designado por «Comunicação da Identificação da Entidade Declarante - Declaração Financeira e Fiscal por País» (Modelo 54), para cumprimento da obrigação referida no n.º 4 do artigo 121.º-A do Código do IRC, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442-B/88, de 30 de novembro.

[Portaria n.º 368/2017, de 11 de dezembro](#)  
(Finanças, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e Educação)

Define os procedimentos de comunicação à AT da identificação fiscal dos prestadores de serviços de fornecimento de refeições escolares, para efeitos da dedução à coleta do IRS das despesas referentes à alimentação em refeitório escolar, de alunos inscritos em qualquer grau de ensino, nos termos previstos no n.º 1 do artigo 78.º-D do Código do IRS.

[Lei n.º 110/2017, de 15 de dezembro](#)  
(Assembleia da República)

Cria benefícios fiscais para entidades de gestão florestal, alterando o Estatuto dos Benefícios Fiscais e o Regulamento Emolumentar dos Registos e Notariado.

- PATRIMÓNIO DO ESTADO

[Aviso n.º 14653-A/2017, de 5 de dezembro](#)  
(Finanças - Direção-Geral do Tesouro e Finanças)

Publica a lista definitiva de bens do domínio privado do Estado Português.

[Decreto-Lei n.º 150/2017, de 6 de dezembro](#)  
(Ambiente)

Estabelece o regime especial de afetação de imóveis do domínio privado da administração direta e indireta do Estado ao Fundo Nacional de Reabilitação do Edificado.



## 18. GOVERNO

### [Decreto do Presidente da República n.º 143-A/2017, de 12 de dezembro](#)

(Presidência da República)

Exonera, a seu pedido, e sob proposta do Primeiro-Ministro, Manuel Martins dos Santos Delgado do cargo de Secretário de Estado da Saúde.

### [Decreto do Presidente da República n.º 143-B/2017, de 12 de dezembro](#)

(Presidência da República)

Nomeia, sob proposta do Primeiro-Ministro, Rosa Augusta Valente de Matos Zorrinho para o cargo de Secretária de Estado da Saúde.

## 19. HABITAÇÃO

### [Portaria n.º 366/2017, de 7 de dezembro](#)

(Administração Interna e Planeamento e das Infraestruturas)

Aprova o regulamento de atribuição dos apoios a conceder ao abrigo do Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente.

### [Despacho n.º 10729-A/2017, de 7 de dezembro](#)

(Administração Interna e Planeamento e das Infraestruturas - Gabinetes dos Secretários de Estado das Autarquias Locais e do Desenvolvimento e Coesão)

Identifica os concelhos abrangidos pelo Programa de Apoio à Reconstrução de Habitação Permanente.

## 20. JOGOS DE FORTUNA OU AZAR

[Aviso n.º 14939/2017, de 13 de dezembro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)

Publica os Planos Oficiais de Prémios da Lotaria Clássica respeitantes ao 1.º trimestre de 2018.

[Aviso n.º 15015/2017, de 14 de dezembro](#)

(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social - Santa Casa da Misericórdia de Lisboa)

Publica os Planos Oficiais de Prémios da Lotaria Popular respeitantes ao 1.º trimestre de 2018.

## 21. JUSTIÇA

[Portaria n.º 370/2017, de 12 de dezembro](#)

(Justiça)

Procede à alteração (primeira alteração) da Portaria n.º 288/2016, de 11 de novembro, que define o âmbito de recrutamento para frequência do curso de formação específico de administrador judiciário.

## 22. MAR

[Despacho n.º 10807/2017, de 12 de dezembro](#)

(Finanças e Mar - Gabinetes do Ministro das Finanças e da Ministra do Mar)

Fixa a percentagem dos dividendos de cada administração portuária que é considerada receita do Fundo Azul.

[Despacho n.º 10808/2017, de 12 de dezembro](#)

(Finanças e Mar - Gabinetes do Ministro das Finanças e da Ministra do Mar)

Fixa a percentagem das receitas destinadas aos cofres do Estado e de taxas cobradas por serviços prestados pela Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, que será alocada como receita do Fundo Azul.

## 23. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 134/2017, de 11 de dezembro](#)

(Negócios Estrangeiros)

Torna público que se encontram cumpridas as formalidades exigidas para a entrada em vigor da Convenção sobre Segurança Social entre a República Portuguesa e a República das Filipinas, assinada em Lisboa em 14 de setembro de 2012.

[Aviso n.º 135/2017, de 11 de dezembro](#)

(Negócios Estrangeiros)

Torna público que se encontram cumpridas as formalidades exigidas para a entrada em vigor do Acordo entre a República Portuguesa e a República Islâmica do Irão sobre supressão de Vistos para Titulares de Passaportes Diplomáticos, assinado em Teerão a 22 de abril de 2017.

## 24. SAÚDE

[Despacho n.º 10858/2017, de 12 de dezembro](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina o preço de venda ao público (PVP) máximo fixado por grupo de dispositivo médico, bem como os requisitos técnicos gerais e específicos aplicáveis a dispositivos médicos para apoio a doentes com incontinência ou retenção urinária no regime de participação.



[Despacho n.º 10859/2017, de 12 de dezembro](#)

(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e da Saúde)

Determina o preço de venda ao público (PVP) máximo fixado por grupo de dispositivo médico, bem como os requisitos técnicos gerais e específicos aplicáveis a dispositivos médicos para apoio a doentes ostomizados no regime de comparticipação.

## 25. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

- TRANSPORTES

[Decreto-Lei n.º 152-A/2017, de 11 de dezembro](#)

(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera o Regulamento de Atribuição de Matrícula a Automóveis, Seus Reboques e Motociclos, Ciclomotores, Triciclos e Quadriciclos, transpondo a Diretiva n.º 2014/46/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014.

[Despacho Normativo n.º 21-A/2017, de 11 de dezembro](#)

(Finanças, Planeamento e das Infraestruturas e Ambiente - Gabinetes dos Secretários de Estado do Tesouro, das Infraestruturas e Adjunto e do Ambiente)

Fixa a percentagem máxima de aumento nas tarifas praticadas para os títulos relativos aos transportes coletivos rodoviários interurbanos de passageiros, aos transportes coletivos de passageiros nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, incluindo transportes fluviais, e aos transportes ferroviários urbanos e suburbanos.

[Despacho n.º 10998-B/2017, de 14 de dezembro](#)

(Administração Interna, Planeamento e das Infraestruturas, Ambiente e Mar - Instituto da Mobilidade e dos Transportes, I. P.)

Aprova os valores máximos de preços para as carreiras rodoviárias interurbanas de passageiros, em percursos inferiores a 50 km.

- **SEGURANÇA RODOVIÁRIA**

[Decreto-Lei n.º 151/2017, de 7 de dezembro](#)  
(Planeamento e das Infraestruturas)

Altera o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, transpondo a Diretiva n.º 2016/1106/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2016.

## **26. TURISMO**

[Despacho n.º 11007/2017, de 15 de dezembro](#)  
(Economia - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo)

Determina que se considera preenchida a previsão do artigo 10.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, quando o pedido de atribuição da utilidade turística a título prévio seja instruído com os documentos constantes no presente despacho.

## TRANSPOSIÇÃO DE DIRETIVAS

### [Decreto-Lei n.º 151/2017, de 7 de dezembro](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Altera o Regulamento da Habilitação Legal para Conduzir, transpondo a Diretiva n.º 2016/1106/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de dezembro de 2016.

### [Decreto-Lei n.º 152/2017, de 7 de dezembro](#) (Ambiente)

Altera o regime da qualidade da água para consumo humano, transpondo as Diretivas n.ºs 2013/51/EURATOM, do Conselho, de 22 de outubro de 2013, e 2015/1787, da Comissão, de 6 de outubro de 2015.

### [Decreto-Lei n.º 152-A/2017, de 11 de dezembro](#) (Planeamento e das Infraestruturas)

Altera o Regulamento de Atribuição de Matrícula a Automóveis, Seus Reboques e Motociclos, Ciclomotores, Triciclos e Quadriciclos, transpondo a Diretiva n.º 2014/46/EU, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 3 de abril de 2014.

### [Decreto-Lei n.º 152-B/2017, de 11 de dezembro](#) (Ambiente)

Altera o regime jurídico da avaliação de impacte ambiental dos projetos públicos e privados suscetíveis de produzirem efeitos significativos no ambiente, transpondo a Diretiva n.º 2014/52/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014.



[Decreto-Lei n.º 152-C/2017, de 11 de dezembro](#)  
(Economia)

Transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva (UE) n.º 2015/1513, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 9 de setembro de 2015, que altera a Diretiva n.º 98/70/CE, relativa à qualidade da gasolina e do combustível para motores diesel, e a Diretiva n.º 2009/28/CE, relativa à promoção da utilização de energia proveniente de fontes renováveis.

[Decreto-Lei n.º 152-D/2017, de 11 de dezembro](#)  
(Ambiente)

Unifica o regime da gestão de fluxos específicos de resíduos sujeitos ao princípio da responsabilidade alargada do produtor, transpondo as Diretivas n.ºs 2015/720/UE, de 29 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho, e 2016/774/UE, de 18 de maio, e 2017/2096/UE, de 15 de novembro, ambas da Comissão.

**Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail***

[digesto@sg.pcm.gov.pt](mailto:digesto@sg.pcm.gov.pt)

**Muito obrigada pela sua sugestão!**